Revista Espaço Acadêmico – n. 232 – jan./fev. 2022 – bimestral
ANO XXI – ISSN 1519.6186

Blindada ou balançante?
Leituras críticas sobre a democracia brasileira e seu futuro

MURILO LEAL NETO*

Resumo: O *impeachment* de Dilma Rousseff e a eleição de Bolsonaro fizeram soar um alarme nos setores da sociedade comprometidos com a construção democrática e acentuaram a preocupação de cientistas sociais com o problema da viabilidade da democracia no Brasil. Este artigo avalia as hipóteses de uma "blindagem" da democracia, da vigência da cultura política pemedebista gerando um "imobilismo em movimento" e de um comportamento pendular da democracia e propõe alternativas analíticas e políticas.

Palavras-chave: democracia; cultura política; análise institucional.

Armored or rocking? Critical readings on Brazilian democracy and its future

Abstract: The impeachment of Dilma Rousseff and the election of Bolsonaro raised an alarm in sectors of society committed to democratic construction and accentuated the concern of social scientists with the problem of the viability of democracy in Brazil. This article assesses the hypotheses of a "shielding" of democracy, the validity of the pemedebist political culture generating "immobility in motion" and a pendular behavior of democracy and proposes analytical and political alternatives

Key word: democracy; political culture; institutional analysis.

* **MURILO LEAL NETO** é Doutor em História pela Universidade São Paulo e professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

A vitória da ultra-direita no Brasil em 2018 representou uma ruptura tão profunda com os padrões de resultados eleitorais dos 24 nos anteriores; com o que era aceito como certo para uma participação competitiva em disputas para a presidência da República e com o que se sabia sobre comportamento dos eleitores, que a ciência social teve de admitir estar diante do desconhecido e de um grande perigo. Em 2016 ocorreu um golpe de Estado? Em que medida afetou o funcionamento da democracia brasileira? Que relação há entre esses acontecimentos e a crise do capitalismo no mundo? Finalmente, o que fazer?

Como a urgência da organização da resistência não dispensa a elaboração do conhecimento sobre o processo que engendrou o monstro, o presente artigo propõe-se a contribuir com a leitura crítica de três obras de cientistas sociais de áreas diferentes publicadas em momentos distintos. Trata-se de *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma,* do filósofo Marcos Nobre, de 2013; *Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil,* do historiador Felipe Demier, de 2017 e, finalmente, *O pêndulo da democracia,* do cientista político Leonardo Avritzer, de 2019. Aposta-se, desta forma, em uma metodologia de construção de uma perspectiva do movimento do real a partir das interfaces e divergências de uma pluralidade de pontos de vista sobre o mesmo problema. O objetivo não é meramente a exposição de olhares diversos, nem um enriquecimento do saber a partir do ecletismo, mas a execução e a valorização de um dos movimentos da formação da ciência: o levantamento do estado da arte sobre o assunto associado à tentativa de formulação de uma quarta perspectiva a partir do cruzamento das outras três.

Obviamente, os trabalhos aqui analisados representam pequena parcela de uma rede já extensa de obras de áreas diferentes, como Antropologia, Crítica Literária, Sociologia, História, Ciência Política, entre outras, sobre a regressão da democracia brasileira e a ascensão da ultra-direita.[1] Pode-se dizer, porém, que, pelas teses, conceitos, argumentações e conclusões apresentadas, temos aqui uma parte representativa do debate.

Embora se debrucem sobre o mesmo assunto geral – o tipo de democracia vigente no Brasil, sua gênese e suas características principais – os autores formulam perguntas de pesquisa distintas. Orientado por sua tese do estabelecimento de "democracias blindadas" no mundo capitalista desde o final dos anos 1970, Demier propõe-se a estudar "a questão democrática na contemporaneidade, em especial sua manifestação no processo político brasileiro na presente década", tendo como "fio condutor" a "discussão acerca da formação, do desenvolvimento e da dinâmica do regime *democrático-blindado* brasileiro" (DEMIER, 2017, p. 16). Apesar de empregar, em algumas passagens, a imagem da "blindagem", Marcos Nobre, como veremos, refere-se mais estritamente à blindagem ao *sistema político*, estabelecida como causa e consequência de uma fraca cultura política democrática. Sua reflexão, nesse livro, não chega até o golpe parlamentar de 2016 e parte de perguntas como: "o que pode explicar

[1] NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020; CARDOSO, Adalberto Moreira. **À beira do abismo**: uma sociologia política do bolsonarismo. Rio de Janeiro: Amazon, 2020; ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra Cultural e Retórica do Ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Caminhos, 2021.

desigualdades tão persistentes", em um país grande, rico, mas extremamente desigual e com uma cultura política de baixo teor democrático? E ainda: "O que pode explicar um bloqueio duradouro à ampla participação e discussão democrática? Como o sistema político consegue manter sob controle os conflitos de uma sociedade assim desigual?" (NOBRE, 2013, p. 9 e 10). Finalmente Avritzer, publicando seu trabalho já com o governo Bolsonaro eleito, busca respostas ao problema: "Como entender essas mudanças que abalaram elementos centrais do estado de direito e fragilizaram de tal maneira a democracia no país?". (AVRITZER, 2019, p.11).

1. Teses sobre a baixa intensidade da democracia brasileira

Vejamos como os trabalhos respondem às perguntas colocadas. Demier sustenta que as democracias de bem-estar social do pós-guerra foram remodeladas pelo neoliberalismo em um movimento "contrarreformista" determinado, em sua origem, pela necessidade de reverter a queda da taxa de lucro. (DEMIER, 2017, p.36). A ofensiva do capital sobre o trabalho reduziu gastos estatais com políticas públicas universais, viabilizou maiores taxas de exploração, agravando a precariedade e a insegurança no trabalho, abriu áreas novas para o investimento do capital privado na saúde, educação e previdência – "para se reerguer, o capital deveria desfazer-se de todas as suas amarras reformistas" (DEMIER, 2017, p.37). Essas mudanças estruturais tiveram impacto na relação de forças entre as classes e no funcionamento dos regimes políticos, engendrando a formação de "democracias blindadas", caracterizadas por "estruturas de funcionamento hermeticamente fechadas às pressões populares, preservando seus núcleos institucionais decisórios como espaços exclusivos dos interesses das classes dominantes". Segundo o autor, no Brasil esse regime começou a ser formado pela ditadura militar, institucionalizou-se com os governos de Fernando Henrique Cardoso e foi lapidado pelo PT (DEMIER, 2017, p.65). Demier, portanto, em visada marxista, não apenas relaciona as vicissitudes dos regimes políticos às mudanças socioeconômicas do sistema capitalista em escala global, como estabelece um nexo causal entre a natureza contrarreformista do neoliberalismo e a formação dos regimes de "democracia blindada".

Quanto à tese de Nobre, é importante insistir que o trabalho aqui analisado foi concluído em 2013. Trata, portanto, em nosso entendimento, do mesmo processo abordado pelos outros autores, mas não dos mesmos acontecimentos, não abrangendo, obviamente, o *impeachment,* o governo de Michel Temer e nem as eleições de 2018. A ideia central é que o sistema político brasileiro conseguiu blindar-se às mudanças estruturando, ao longo do tempo, uma cultura política denominada "peemedebismo". Seu embrião encontra-se na unidade forçada contra a ditadura militar sob a bandeira do antigo MDB. A natureza da transição, pactuada de cima e controlada pelo regime ditatorial em crise, favoreceu a formação de um bloco suprapartidário responsável pela neutralização da pressão dos movimentos populares em momentos como os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. A pressão popular, em ambiente de redemocratização política, abria a possibilidade de implantação do que Nobre chama "novo modelo de sociedade", regido por uma "lógica diferente de distribuição de renda, de poder, de recursos naturais e de reconhecimento social" (NOBRE, 2013,

p.10). No entanto, essa possibilidade foi parcialmente bloqueada pelo imobilismo de um sistema protegido por uma cultura política marcada pelas seguintes características: governismo; funcionamento de um sistema hierarquizado de vetos e contorno de vetos, impedimento da entrada de novos membros no condomínio do poder e bloqueio dos oponentes nos bastidores, evitando-se um enfrentamento aberto (NOBRE, 2013, p.13-14). Esse conjunto articulado, a que o autor denomina "lógica peemedebista", regeria o sistema político abrangente, envolvendo o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. (NOBRE, 2013, p.18).

Avritzer, como vimos, busca soluções ao problema da fragilidade da democracia brasileira. Constata "um processo contínuo de degradação institucional" desde 2014, tendo na eleição de Jair Bolsonaro o seu auge (AVRITZER, 2019, p.12). Sua tese é de uma "democracia de estrutura pendular", com alternância de momentos "de forte expansão democrática com momentos de regressão democrática" (AVRITZER, 2019, p.22). A oscilação decorre de fatores sociais, como características da formação das elites e da classe média, mas também conjunturais e institucionais.

Os fatores institucionais têm forte peso na visão do autor, que defende a "institucionalização da soberania democrática e dos direitos" como forma a se evitar a oscilação do pêndulo da democracia para o lado regressivo, favorecida pelo fato de que aspectos antidemocráticos fundamentais da estrutura de poder se mantém intactos nos momentos de expansão da democracia. Estes aspectos antidemocráticos localizam-se no sistema econômico permeado por privilégios políticos; no Judiciário impermeável à modernização democrática; na estrutura das polícias militares que não permite a generalização dos direitos civis e, finalmente, na manutenção da prerrogativa dos militares de intervenção em questões internas (AVRITZER, 2019, p.22). Determinadas conjunturas, por sua vez, favorecem a regressão: "Em geral, esses momentos envolvem divisões políticas, crise econômica e profundo desacordo em relação ao projeto de país" (AVRITZER, 2019, p.16).

Temos aqui um projeto de investigação de Ciência Política, atento às características de formação e funcionamento das instituições no Estado e na sociedade. À semelhança de Nobre, Avritzer busca as determinações internas do problema da regressão democrática, embora adote como uma de suas referências pesquisas como as de Levitsky e Ziblatt, voltadas para a decadência gradual das democracias em diversas partes do mundo desde o final da "Guerra Fria" (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p.15-16). Embora os "atores sociais" (as "elites", as "classes médias") estejam mais presentes do que na reflexão de Nobre, o autor não estabelece uma relação determinante entre interesses do capital e regressão democrática. A ideia da "blindagem", seja do regime, seja do sistema político, não aparece, mas de certa forma encontra-se subjacente ao diagnóstico da conservação de "elementos de contrademocracia" (AVRITZER, 2019, p.40) sob a pele do regime democrático.

2. Perspectivas teóricas e metodológicas

Cada um dos projetos de pesquisa adota, evidentemente, um conjunto de conceitos e métodos que cabe agora apresentar e cruzar, visando a um melhor

entendimento e avaliação dos resultados e soluções propostas.

O modelo de Demier é explicitado em seu capítulo I, "Democracia e capitalismo: história, luta de classes e hegemonia burguesa". São propostas as categorias "Estado", "regime político" e "governo" como níveis de análise fundamentais para o debate dos processos políticos. "Estado capitalista" é apresentado como uma categoria fixa, ou não problematizada pelo autor nesse trabalho, enquanto "regime político" é o nível mais cuidadosamente examinado. Regimes políticos são tratados como *formas* assumidas pelo Estado capitalista, variando com as mudanças nas condições históricas: "democracia burguesa", fascismo, bonapartismo, ditadura militar. As condições históricas que alteram os regimes políticos, por sua vez, são criadas pelas relações e lutas entre as classes sociais, entrando aqui, portanto, uma outra categoria fundamental da análise do autor. O núcleo duro do modelo encontra-se sintetizado, parece correto afirmar, em passagens como esta: "Sempre determinada, em cada formação social, pela correlação de forças entre as classes em luta, a democracia liberal assumiu diferente formatos ao longo dos seu quase cento e cinquenta anos de existência como uma forma de dominação político-social burguesa" (DEMIER, 2017, p.33). Munido dessas ferramentas de reflexão, o autor conclui que o *impeachment* de Dilma Rousseff pode ser caracterizado como um golpe de novo tipo, por ter sido desfechado "por dentro e por intermédio das próprias engrenagens da democracia liberal hodierna" (DEMIER, 2017, p.16).

Completando a moldura conceitual, o autor afirma que regimes, governos e mesmo Estados apresentam natureza quase sempre combinada, com a predominância de alguns componentes sobre os demais: "Regimes democrático-burgueses, nos quais os elementos democráticos mostram-se, logicamente, majoritários, podem, por vezes, conter elementos ditatoriais (residuais ou em fermentação) (...)" (DEMIER, 2017, p.24). Aqui a visada de Demier parece assemelhar-se à de Avritzer quando aponta a permanência, no caso brasileiro, de dispositivos institucionais antidemocráticos nos períodos de expansão da democracia.

Demier, está claro, filia-se à tradição marxista de Marx e Engels, Lênin, Trotsky e Gramsci. Dialoga, também, com marxistas mais contemporâneos como Poulantzas, Ellen Wood e Perry Anderson e, entre os brasileiros, Ruy Braga, Álvaro Bianchi, Valério Arcary, entre outros.

As categorias mais relevantes na obra aqui estudada de Nobre são "modelo de sociedade", "cultura política" e "sistema político". Embora distante de Demier no prisma teórico e político, Nobre compartilha com aquele a ambição de promover um estudo capaz de explicitar os nexos entre economia, política e sociedade. Entretanto, ao comentar o livro *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador,* contesta a validade da análise "de classe" adotada por André Singer – o que seria válido, pela lógica, também para Demier. Uma abordagem integrada seria mais bem expressa, pela ideia de "modelo de sociedade", vista como uma "noção abrangente de regulação social".

Nobre considera que "tanto o sistema político como o econômico devem ser entendidos aqui como *expressões limitadas* de processos mais profundos que ocorrem naquela esfera usualmente chamada de sociedade" (NOBRE, 2013, p.22). As noções "modelo de sociedade"

e "cultura política" permitiriam, então, compreender aqueles processos:

> São noções que balizam visões de mundo, que legitimam a maneira como se distribuem riqueza, poder, recursos ambientais, reconhecimento social. Um modelo de sociedade não é apenas um programa econômico nem somente uma maneira determinada de entender a política, mas um padrão de regulação social mais amplo. E essa maneira abrangente de regular a vida social se expressa em uma cultura política determinada (NOBRE, 2013, p. 22).

Quanto à filiação teórica de conceitos centrais como "cultura política" e "modelo de sociedade", o autor não a expõe, talvez com a intenção deliberada de contribuir com o debate político para além dos limites e vícios da especialização acadêmica, como fica sugerido no comentário sobre o livro de André Singer. Ao contrário de Demier, o arcabouço conceitual não é explicitado previamente ao estudo do caso, mas vai operando na medida em que a exposição avança, sem ser estabelecido formalmente, de maneira acabada. Nas notas ao texto, pode-se dizer que não são apresentados autores de referência (como Marx e Gramsci, por exemplo, no texto de Demier), mas um conjunto de interlocutores brasileiros responsáveis seja por estudos em áreas específicas, como Marcelo Neri, sobre desigualdade, e Renan Quinalha, sobre justiça de transição, ou por hipóteses interpretativas mais amplas, como o livro de Singer, já citado. Parece haver aqui uma opção metodológica fecunda, de um ataque ao objeto sem uma sobrecarga de conceitos prévios, permitindo liberdade ao pensamento, para captar e refletir sobre suas propriedades e característica. Embora seja um movimento metodológico promissor, os resultados não parecem inteiramente convincentes. Ganha-se por um lado, perde-se por outro. Categorias como "modelo de sociedade" e "cultura política" não substituem nem propiciam uma explicação mais rigorosa do que "classe", como pretende Nobre – objeto, aliás, de um prolongado e inconcluso debate teórico, portadora, assim, de forte densidade. O mesmo se pode dizer sobre a ideia de regulação social, evocada como atributo dos "modelos de sociedade", apresentada no texto sem qualquer referência ao conceito sociológico de "regime" ou "modo de regulação". (GORENDER, 1997, p.311-361 e BRAGA, 2012, p. 22). Nobre parece querer situar a emergência de "modelo de sociedade" fora dos sistemas político e econômico, na sociedade portanto, parecendo fazer uma escolha por tratar de processos que se dão no nível do que Cardoso denominou "sociabilidade" (CARDOSO, 2010, p. 50). Mas aqui parece faltar um entendimento de que "sociabilidade" envolve inter-relações entre grupos e classes socais, trocas e conflitos materiais e simbólicos.

Quanto ao trabalho de Avritzer, acreditamos ser possível identificar três matrizes teóricas a sustentar o "pêndulo da democracia". A primeira é a *institucionalista*, evidente na tese de que "elementos antieleitorais e antidireitos" tem sido mantidos em funcionamento no interior de uma estrutura democrática (AVRITZER, 2019, p. 48) e no diagnóstico de que nos faltam "instituições que estabilizem a democracia a longo prazo" (AVRITZER, 2019, p. 47). A segunda matriz é a *societal*, pois o autor entende que a oscilação do pêndulo decorre não apenas de características do funcionamento de certas instituições, mas também de traços da formação das elites e da classe média e de seu

comportamento em conjunturas de crise[2]. A terceira matriz é a da "formação da sociedade brasileira", incorporando ao texto uma perspectiva histórica, presente tanto na referência ao conceito braudeliano de longa duração e, portanto, na escolha por uma periodização mais larga, quanto no longo diálogo com as teses de Sergio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil.*

Essa combinação criativa de matrizes teóricas distintas confere ao texto de Avritzer uma maior sofisticação e abrangência nos níveis de análise, detendo-se tanto em elementos estruturais (origem colonial e escravista das elites) quanto conjunturais (análise das causas da alternância de períodos expansivos e regressivos da democracia) e, ainda, institucionais relativos ao Estado (papel do Judiciário, das Forças Armadas) e à sociedade (religiosidade, cultura política). O escopo de maior amplitude e profundidade do trabalho também se evidencia na vasta rede de diálogos tecida, indo dos clássicos (Marx, Weber, Faoro) aos contemporâneos (Wanderley Guilherme dos Santos, Fabio Wanderley Reis), com presença destacada da Ciência Política norte-americana (Levitsky & Ziblatt, Acemoglu & Robinson, Bruce Ackerman, entre outros).

Demonstração das teses

Vejamos, agora, como os autores sustentam suas teses. Como já foi dito, segundo Demier, ao fechamento do espaço político à participação popular nos regimes de democracia blindada corresponde uma regressão de direitos sociais e um crescimento da exploração do trabalho na fase tardia do capitalismo, em que prevalecem políticas neoliberais. Vejamos os argumentos apresentados.

Explicando o que entende por "blindagem", o autor aponta a impermeabilização dos núcleos decisórios dos três poderes às demandas populares. Não se trata, portanto, de um insulamento burocrático em relação à "sociedade", mas de uma virtual apropriação do Estado pela classe dominante:

> (...) o Poder Judiciário (em especial as altas cortes) e certos organismos do Estado responsáveis pelas questões consideradas estratégicas (como os bancos centrais, agências reguladoras, etc.) tornam-se monopólios inquestionáveis dos representantes políticos e prepostos comerciais da classe dominante (DEMIER, 2017, p. 40).

Alguns mecanismos da "blindagem" são apontados: a influência do poder econômico e midiático nos processos eletivos, legislações eleitorais altamente restritivas aos pequenos partidos ideológicos que não aderem à grandes coalizões. Como consequência política, tem-se uma generalização do que Domenico Losurdo qualificou de "monopartidarismo competitivo", referindo-se ao sistema político norte-americano. Nestes casos, a ordem política admite apenas dois competidores efetivos: um bloco formado pelos partidos tradicionalmente identificados com as forças conservadoras e outro, vinculado historicamente aos trabalhadores e suas demandas que, quando no poder, adota essencialmente as mesmas medidas chamadas "contrarreformistas", temperadas com programas sociais

[2] Uma descrição sintética dos pontos de vista institucional e societal na Ciência Política pode ser encontrado em: SOUZA, Nelson Rosário; VALMORE, Fabiane Helene. Tensão na ciência política brasileira: a produção dos doutores e a percepção dos editores. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.22, n.2, p. 204-228, ago./dez. 2019. Disponível em: www.revistas.ufg.br. Acesso em: 21 abr. 2021.

compensatórios (DEMIER, 2017, p. 43). Alguns exemplos são aventados, como o governo do socialista François Miterrand na França, do trabalhista Tony Blair, na Inglaterra, do social-democrata Gordon Brown, na Alemanha, como também as administrações do Syriza, na Grécia e do PT no Brasil (DEMIER, 2017, p. 61-63). Cabe considerar que a tese da "blindagem" do regime democrático ficaria mais sólida se fossem apontados os mecanismos adotados para tanto, considerando que não houve uma reforma institucional a fim de liquidar e substituir o regime democrático liberal.

É possível entender que Nobre defende sua tese apresentando uma narrativa em ordem cronológica sobre acontecimentos e processos bem conhecidos (e por isso às vezes o texto soa quase como jornalístico), detendo-se em certos pontos identificados como fenômenos chave a merecerem um tratamento teórico. Destacam-se, então, conceitos que iluminam o texto de uma outra forma e, afinal, delineia-se um modelo interpretativo. Por exemplo: o autor associa o fisiologismo da época da ditadura militar à unidade forçada das oposições no MDB, à atuação do Centrão na Constituinte e ao "acordo de governabilidade" costurado após o *impeachment* de Collor. O que haveria em comum entre todos esses fenômenos? Em conjunto e no processo, configuraram uma "cultura política" específica, elemento chave de proteção do sistema político na morna transição pactuada da ditadura para a democracia.

A "proteção" se constituiria em um "complexo sistema de travas à mudança", com um modo de operação já explicitado anteriormente no presente texto. Mudança exigida por "energias de transformação represadas" (NOBRE, 2013, p. 56), criadas no próprio crescimento econômico e de urbanização promovidos pela ditadura militar, e representadas por "movimentos e organizações sociais, sindicatos e manifestações populares que não cabiam nos canais estreitos da abertura política" (NOBRE, 2013, p. 51).

Na interpretação de Nobre, as "energias de transformação" liberadas permitiram criar e consolidar um novo "modelo de sociedade", denominado "social-desenvolvimentista", contrário ao anterior, "nacional-desenvolvimentista", mantido pela ditadura militar. Algumas transformações institucionais possibilitadas pelo novo "modelo de sociedade" foram cristalizadas na Constituição de 1988 e, nos anos 1990, o PT teria se transformado no "fiel depositário" daquelas energias transformadoras (NOBRE, 2013, p. 57). Mudanças de maior alcance, porém, são contidas e controladas pela cultura política do pemedebismo, gerando o chamado "imobilismo em movimento", configurando-se, assim, "(...) o descompasso entre uma cultura política pemedebista que domina o sistema político e um novo modelo de sociedade que exige uma nova cultura política (...)" (NOBRE, 2013, p. 22).

Avritzer defende sua tese interpretando a alternância entre períodos democráticos e não-democráticos desde o pós-guerra no Brasil como uma oscilação pendular, descartando, assim, a ideia de uma incompatibilidade estrutural entre a sociedade brasileira e a prática democrática como também, por óbvio, a da prevalência de uma democracia estável. Embora o período 1946-1964 também seja tratado no livro, o foco da atenção está colocado sobre a oscilação do "pêndulo" após 1985. Segundo o autor, de 1985 a 2010 o Brasil "contou com uma forte maioria pró democracia": os resultados eleitorais não eram contestados e inexistiam autoridades

representativas de instituições defendendo a violação de direitos humanos (AVRITZER, 2019, p. 10). A partir de 2014, ao contrário, o Poder Judiciário intervém radicalmente "no processo de determinação da soberania política por meio das eleições"; os mecanismos responsáveis por tornar as campanhas eleitorais debates públicos perdem influência em favor da supremacia das redes e aplicativos, a visão negativa sobre a ditadura é relativizada (AVRITZER, 2019, p.9) e os interesses econômicos do mercado financeiro assumem hegemonia na condução da economia e escolhem pressionar pela adoção de políticas públicas de seu interesse por vias não eleitorais.

A argumentação de Avritzer é apresentada tanto no nível institucional quanto no social. Por identificar o Poder Judiciário como uma das forças a puxar o pêndulo da democracia para trás em conjunturas de crise, o autor examina sua formação, considerando que "o sistema judicial é completamente independente da vontade ou participação popular e se alinha com as necessidades e crenças das elites desde o Império" (AVRITZER, 2019, p.35). O Judiciário não teria sido atualizado pela tradição liberal na estrutura de divisão de poderes, a formação dos magistrados e o funcionamento da Justiça se organizam de forma intraoligárquica e não pautada pela garantia de direitos civis (AVRITZER, 2019, p.27). O judiciário eleitoral, por seu turno, formado nos anos 1930, manteve a marca do "liberalismo paternalista", justificando intervenções nos processos eleitorais devido a "hipossuficiência" do eleitor (AVRITZER, 2019, p.42).

No plano da análise social, o autor argumenta que a origem colonial e escravista das elites teve efeitos a longo prazo, deixando marcas em características da contratação do trabalho doméstico, na atração pelo rentismo financeiro e no convívio difícil com os direitos trabalhistas, influenciando, portanto, na reprodução de acentuadas divisões sociais. O pêndulo da democracia pode oscilar para o lado regressivo quando esses grupos "perdem acesso ao Estado ou na medida em que o Estado se abre na direção de atores políticos ou econômicos considerados não desejáveis" (AVRITZER, 2019, p.23). Em conjunturas de crise e disputa de projetos políticos, como se deu depois de 2013, pode ocorrer um alinhamento entre classes médias e elites formando uma coalizão contra a democracia.

3. Conclusões dos autores

Demier conclui que a "democracia blindada" corrói as próprias bases reais da ideologia democrática ao atacar e desmontar direitos e, assim, compromete a ficção de igualdade entre os cidadãos: "a dimensão concreta do consenso democrático está sendo suprimida pelo próprio regime, que se porta como um sujeito que, precisando aquecer-se, utiliza como lenha madeiras das paredes de sua própria casa" (DEMIER, 2017, p.103). Quanto às saídas, defende a necessidade de criticar e ir além do PT, contando com a construção de uma "Frente de Esquerda Socialista, que defenda nas ruas os direitos ameaçados e que aponte para um horizonte anticapitalista" (DEMIER, 2017, p. 109).

Nobre também advoga pela superação do estado atual da democracia de baixo teor e das desigualdades, mas não pela via anticapitalista e sim pelo enfrentamento aberto ao pemedebismo, criando-se condições para a aceleração do projeto social-desenvolvimentista (NOBRE, 2013, p.149). Como tanto o neoliberalismo de FHC quanto o lulismo

são considerados "figuras do pemedebismo", "configurações mais avançadas dessa cultura política inerentemente conservadora" (NOBRE, 2013, p.148), trata-se de criar uma oposição fora do poder na esfera federal tanto por um novo pacto federativo quanto pela formação de um bloco de poder unido em torno de um programa comum de reforma institucional, visando aprofundar os aspectos distributivos do modelo social-desenvolvimentista (NOBRE, 2013, p.155).

Avritzer, finaliza seu livro apresentando quatro requisitos para uma retomada da onda democrática concernentes à cultura política dos cidadãos e dos agentes públicos e ao funcionamento institucional. Diagnosticando um forte abalo nas convicções democráticas do cidadão comum, o autor assinala, como primeiro ponto, a necessidade "de uma nova convergência em torno de valores democráticos da população e do sistema político" (AVRITZER, 2019, p.176). O segundo é o respeito incondicional aos resultados eleitorais, tanto pelos competidores quanto pelas instituições de controle. A terceira condição apontada, e a mais importante, diz respeito à restauração do princípio da legalidade na relação entre os poderes, especialmente entre o Poder Judiciário e o sistema político (AVRITZER, 2019, p.179). Finalmente, trata-se da "vigência das políticas públicas em seu elemento soberano", ou seja, do respeito pela direção dada às políticas públicas pelas urnas (AVRITZER, 2019, p.178). Ao contrário de Demier e Nobre, que valorizam o fortalecimento, dentro de seus respectivos projetos, de uma frente ou bloco político que represente as energias de renovação das ruas, da sociedade, contrapostas ao regime ou ao sistema político, Avritzer defende uma articulação entre "setores do sistema político, do Poder Judiciário e da sociedade civil organizada" com vistas a institucionalização da soberania democrática e dos direitos, de forma a impor limites "a um poder e a uma forma oligárquica de exercício da soberania política que se infiltrou nas instituições democráticas, impedindo-as de representar o desejo de inclusão e de redução das desigualdades no país" (AVRITZER, 2019, p.181).

Conclusões

Está claro que os três autores enfrentam um mesmo problema a partir de perspectivas distintas, oferecendo respostas em nível analítico e político. Os três estão preocupados com a vigência de uma democracia de baixa intensidade e ameaçada, articulada funcionalmente com uma sociedade muito desigual. Demier é o único a relacionar o regime político ao sistema capitalista e aos interesses e apetites de classe. A ausência dessas categorias (sistema capitalista, interesse de classe) nas outras análises enfraquece, a nosso ver, o realismo de seus diagnósticos e das soluções propostas. Por outro lado, ao passar muito diretamente das determinações estruturais para a análise do regime político (sistema capitalista->interesses da classe dominante->neoliberalismo->democracia blindada), sem mediações, o estudo de Demier não reúne as ferramentas indispensáveis para um diagnóstico e uma intervenção mais precisa na realidade em movimento. Mediações como cultura política e funcionamento das instituições estão fora de seu interesse. Dois exemplos sumários: se a lógica do sistema e os interesses de classe convergem para uma política de blindagem dos regimes, como explicar que o governo Bolsonaro e o de Jeanine Añez, na Bolívia, tenham encontrado, em graus diferentes, tanta dificuldade de blindar-se e liquidar ainda mais a fundo com os direitos sociais (no

caso do Brasil, BPC, Fundeb, Bolsa Família, entre outros)? A estrutura institucional e a heterogeneidade de interesses que torna a categoria "classe" problemática, embora necessária, tanto no que se refere à burguesia quanto ao proletariado, devem ser levadas em conta. Deve-se acrescentar, finalmente, que o dedo de Demier aponta para uma saída "anticapitalista", portanto, para uma revolução.

As indicações do texto de Nobre também vão para além dos horizontes da sociedade presente, na medida em que propõe a ruptura com o pemedebismo a partir de um novo pacto federativo que intensifique as possibilidades de participação cidadã no terreno local e da formação de um bloco de poder programático antipemedebista e voltado para políticas distributivistas (NOBRE, 2013, p.155). Em seu modelo, porém, os interesses materiais, os conflitos de classe e status, são negligenciados ou diluídos. Aparecem então, movendo os processos para a frente, sujeitos coletivos fictícios como "a sociedade" ou "o país" e a contradição histórica determinante se estabelece entre um novo "modelo de sociedade" que quer nascer e uma velha cultura política que não quer morrer. De toda forma, como já comentado, cabe considerar que algo de seu método de reflexão, ao concentrar atenção no exame da situação concreta, sem rígidos esquemas prévios, e elaborar conceitos no percurso, em diálogo, claro, com os saberes acumulados, abre espaço para a apreensão, nomeação e compreensão do novo. Por exemplo: a hipótese de que elementos de um projeto coletivo cristalizaram-se na Constituição de 1988 e estiveram presentes na intenção do eleitorado ao votar nos governos do PT é fecunda. Mas apenas um estudo histórico sobre o que propuseram as 122 emendas parlamentares de origem popular com apoio no total, de cerca de 12 milhões de assinaturas, apresentadas à ANC e um estudo sobre as entidades quer deram vida ao Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte e levaram, em dias de sessões, até 30 mil pessoas a circular pelo Congresso e manifestar-se na Esplanada, pode permitir visualizar com alguma nitidez que projeto coletivo se delineou e quais foram seus agentes coletivos, tanto quanto a suas filiações políticas quanto aos pertencimentos sociais.

Finalmente, a esperança de Avritzer volta-se não apenas para uma restauração da normalidade democrática, como também para a superação dos elementos anti-soberanos e antidemocráticos conservados no interior das instituições da democracia. Sua perspectiva é a de uma reforma institucional, que pressupõe conjuntamente uma reforma da cultura política das elites. A percepção de agentes coletivos visando privilégios materiais e de status está presente, mas não uma ideia de uma sociedade de classes ou qualquer referência ao sistema socioeconômico em níveis nacional e internacional. Seu olhar sobre a estrutura social enxerga uma elite marcada por formação colonial predatória e escravista, uma classe média oscilante e classes populares. O sistema democrático, forte institucionalmente e livre dos dispositivos anti-soberanos e antidemocráticos identificados pelo autor é entendido como o regime mediador entre os conflitos e articulador das soluções desejadas pela maioria dentro de um arcabouço de proteção também das minorias.

A "quarta visão" anunciada no começo do artigo pode ser assim resumida: o regime democrático brasileiro é ameaçado por um neoliberalismo radical e por um projeto "contrarreformista", apoiado amplamente pela classe

dominante. Esta convergência é bem ilustrada pelo ministério do "Chicago boy" simpático ao pinochetismo, Paulo Guedes. As dificuldades em liquidar os direitos sociais e blindar de fato o regime sobressaem nas resistências e percalços à implantação desse programa até aqui, gerados não por uma grande mobilização popular, mas pela heterogeneidade de interesses de classe e pela resistência do tecido institucional. Como horizonte de possibilidade de superação seja da regressão do pêndulo da democracia, do peemedebismo e mesmo do capitalismo, é indispensável a construção de um projeto coletivo com participação das classes populares/trabalhadoras e de parte da classe média, nas ruas e nos territórios, com demandas e valores a serem reunidos e construídos no próprio percurso pelos próprios sujeitos. Esta construção não pode restringir-se à pressão das ruas ou ao acúmulo de forças para uma futura revolução: deve efetivar-se desde já em um fortalecimento das organizações democráticas e populares da sociedade civil.

Referências

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia.** São Paulo: Todavia, 2019, p. 11.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à Hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012, p. 22.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil:** uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 50.

DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

GORENDER, Jacob. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 311-361, 1997. Disponível em: www.revistas.usp.br/eav/article/view/8986. Acesso em: 29 abr. 2021.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 15-16.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das letras, 2013, p. 9 e 10.

SOUZA, Nelson Rosário; VALMORE, Fabiane Helene. Tensão na ciência política brasileira: a produção dos doutores e a percepção dos editores. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.22, n.2, p. 204-228, ago./dez. 2019. Disponível em: www.revistas.ufg.br. Acesso em: 21 abr. 2021.

Recebido em 2021-05-01
Publicado em 2022-01-01